

Sobre o dossiê FHC

Ao organizar este número especial Tempo Social, busca-se cumprir, com os meios de se que dispõe, o que se considera uma das responsabilidades da Universidade: analisar criticamente o modo como vem sendo conduzidos os negócios públicos no país.

Não se trata obviamente de responsabilidade inscrita em lei ou estatuto. Nem de encargo derivável da natureza da Universidade. Trata-se de uma responsabilidade reivindicada, por quem entende que a Universidade, como centro de transmissão e produção de saber mantido pelo poder público, deve pôr-se em sintonia com o movimento democratizante que atravessa a sociedade.

Embora a missão de analisar crítica mas objetivamente as atividades governamentais sempre seja espinhosa, o fato de estar em questão o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso multiplica as dificuldades.

A própria origem acadêmica do presidente da República e de um número expressivo de seus auxiliares torna mais intrincada a usualmente complexa relação entre sujeito e objeto de conhecimento. Quando se analisa o governo Fernando Henrique, a dificuldade não provém apenas de os cientistas sociais serem parte da própria sociedade da qual destacam um aspecto para analisarem. O nó está também no fato de que o objeto de investigação tem no seu núcleo o que era, até há pouco, parte significativa do “mundo acadêmico” – intelectuais que constituíam marcos importantes do seu sistema de referências e com quem, por vezes, os sujeitos da investigação mantêm ou, pelo menos, mantinham relações profissionais e afetivas.

Isso já não seria pouco, mas não é tudo. A dificuldade não aumenta apenas porque participantes significativos da “comunidade acadêmica” se transferiram para o governo em exame, mas também porque o contato dessa comunidade com a política nacional não tem sido epidérmico. Nas últimas décadas, vem ocorrendo o contrário. Nos anos 70, uma parte da comunidade acadêmica passou a participar ativamente da vida política nacional, fazendo oposição ao regime militar por meio de várias vias institucionais – SBPC, imprensa nanica, MDB, etc. Depois, na década de 80, quando a oposição política segmentou-se em distintos partidos, a comunidade seguiu-lhe os passos, desdobrando-se em tendências políticas distintas e participando tanto do debate público, das campanhas eleitorais e dos movimentos de massa como também do exercício do

poder de Estado, seja no plano federal, estadual ou municipal. O mundo acadêmico tem se mostrado, pois, permeável à política nacional, tem sido transpassado, dividido e envolvido por divisões e conflitos políticos.

Ademais, com a passagem dos anos 80 para a década de 90, as fraturas político-ideológicas existentes no meio acadêmico ganharam outra dimensão. Na nova década, tanto o núcleo da agenda política deslocou-se da democratização para a liberalização econômica, acompanhando as mudanças em curso em âmbito mundial, como as forças políticas redefiniram suas posições no plano nacional. Esta redefinição de agenda e de posicionamento político ocorreu aos poucos, atingindo o auge no governo Fernando Henrique. O impacto dessas mudanças sobre a ideologicamente já dividida “comunidade” acadêmica foi enorme. Divergências em torno de meios e diferenças de ênfase em relação a objetivos políticos similares não deixaram de existir, mas foram deslocadas por contraposições mais profundas ancoradas em valores contrapostos. Em meio a essas divisões, as ações de governo tendem a ser qualificadas de forma absoluta, negativa ou positivamente, conforme sua identificação com os valores em confronto.

Certamente, algumas dessas circunstâncias prejudiciais à análise sociológica do governo Cardoso seriam minimizadas com o tempo. De fato, a circunstância de se fazer uma análise “sem perspectiva histórica”, isto é, com os analistas envolvidos pelo mesmo confronto de valores em disputa na arena política, dramatiza as dificuldades inerentes à produção de conhecimentos nas ciências sociais. Mas é justamente essa contemporaneidade que torna mais relevante a tarefa do ângulo da construção da democracia.

Os cientistas sociais convidados por *Tempo Social* responderam ao desafio que lhes foi proposto com análises que constituem, em conjunto, avanço significativo na compreensão da história contemporânea. É notável o esforço que se fez para reconstituir de forma cuidadosa e equânime cada política examinada e o governo como um todo.

Os aspectos abrangidos pelos artigos aqui publicados certamente não esgotam todas as áreas da atuação governamental e nem mesmo todas as cuidadas por ministérios específicos. As limitações de espaço tornaram isso inevitável. Mesmo assim, cobriu-se uma ampla faixa das atividades de governo – a política econômica e as relações Estado/mercado, a reordenação da Federação, as relações Executivo/Legislativo, as políticas sociais, de educação, de saúde, de segurança pública, as relações Estado/trabalhadores urbanos e Estado/propriedade agrária/trabalhadores rurais.

Não cabe aqui expor o conteúdo de cada um dos artigos, mas apenas manifestar a esperança de que a sua leitura constitua estímulo para que se intensifique o debate qualificado sobre o modo como se vem governando a sociedade brasileira. Se assim for, este número terá colocado o seu tijolo no processo de construção da democracia.